

O início da Guerra Colonial (1961)

Numa curta notícia de primeira página, *O Setubalense* relata os acontecimentos ocorridos dois dias antes em Luanda – «Grupos armados tentaram assaltar a Casa de Reclusão, o Quartel da Polícia de Segurança Pública e a Emissora Nacional» (*O SETUBALENSE*, 1961, 6 de fevereiro: 1).

Efetivamente, grupos armados com catanas haviam descido dos musseques da cidade e tentado libertar presos políticos das cadeias de Luanda. Mas o jornal repetia, evidentemente, a propaganda do regime, veiculada pelos despachos da oficialíssima ANI, referindo que eram, na maioria, estrangeiros e que, no confronto, haviam morrido seis agentes da PSP e um soldado, enquanto se teria registado a morte de catorze civis africanos. Nem uma palavra sobre as centenas de prisões efetuadas.

Ainda que não se tivesse concretizado a intenção de libertar os presos ligados aos ainda insipientes movimentos de libertação nacional angolanos, a ação afrontara o regime colonial de Salazar. *O Setubalense* fazia eco da exigência de medidas fortes – «Será desnecessário afirmar a necessidade de jugular todas as tentativas de subversão que tenham por fim arrastar-nos para um caminho incerto e perigoso» (*Ibidem*).

O assalto às prisões de Luanda é apontado como o início da guerra colonial, mas esta eclodiria num quadro de tensões tendencialmente crescentes, de que o regime colonial fascista se vinha, desde anos antes, não só apercebendo como reprimindo de forma violenta. Sinal disso fora a instalação da PIDE em Angola, em 1958, e o recrutamento de uma rede de informadores, cujo trabalho levaria a muitas dezenas de prisões nos anos de 1959 e 1960.

Nesse ano de 1961, o massacre da Baixa do Cassanje radicalizaria a situação. Os campos dessa vasta região eram cultivados de algodão por cerca de 30 mil trabalhadores negros, que os próprios chefes militares reconheciam viverem em absoluta miséria. A fome era endémica e estes trabalhadores eram

Colonos brancos e militares
no norte de Angola



obrigados a vender as suas colheitas à Cotonang, uma empresa poderosa de capitais portugueses e belgas, a preços fixados pelo governo colonial e muito abaixo dos valores do algodão nos mercados internacionais. Além de serem permanentemente chantageados pelos capatazes, que ainda os obrigavam a percorrer grandes distâncias para terrenos de cultivo mais rentáveis. E tudo isto era do conhecimento das autoridades administrativas, que o permitiam.

Em janeiro de 1961, numa pequena zona dessa região, os trabalhadores recusaram-se a trabalhar e a obedecer às autoridades, atitude que rapidamente alastraria com ameaças e agressões sobre os capatazes, os sipaios da Cotonang e também sobre os comerciantes brancos. Num primeiro momento, a administração colonial pretendeu subornar os sobas para que estes influenciassem o regresso ao trabalho. Porém, sem efeito, pelo que, rapidamente, duas companhias de tropas especiais metralharam e bombardearam a região, inclusivamente com napalm. Terão sido chacinados entre cinco e dez mil trabalhadores africanos e outros tantos ficaram feridos ou foram detidos.

Se em fevereiro, em Luanda, a tentativa de assalto às prisões adquiria um carácter mais político, os ódios raciais explodiriam em março no norte de Angola com uma dimensão substancialmente maior, com atos bárbaros contra os colonos brancos, que a UPA-União dos Povos de Angola assumiu. Estes atos tiveram retaliação por parte dos colonos de modo não menos bárbaro. Contaram-se centenas de mortos entre brancos e negros. O regime colonial semeara ventos, agora colhia tempestades. Atingida aquela situação, o regime não quisera prevenir a guerra, mas antes prepará-la.

Logo em fevereiro, a propaganda, inclusivamente n'*O Setubalense*, ia nesse sentido, associando esses acontecimentos ao desvio do paquete Santa Maria, que fora protagonizado por um comando do DRIL – Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação. Em 11 de fevereiro, num artigo intitulado «Unidade Na-

cional», diz-se, claramente, que «(...) Portugal está sob a ameaça da desordem, e da infiltração estrangeira (...) sob o ataque cerrado dos países comunistas e de grande número de potências africanas e asiáticas que pretendem destruir o símbolo da civilização, ordem e tranquilidade que significa a presença de Portugal em África», para acrescentar que «A política neste momento deve ser firme, defendendo o património nacional energicamente e sem hesitações» (*Ibidem*, 11 de fevereiro).

Daí ao célebre discurso de Salazar, de 13 de abril de 1961, de «Andar rapidamente e em força» para Angola, foi um passo. Seguir-se-iam 13 anos de guerra colonial, que implicaram a mobilização de quase um milhão de jovens, com milhares de mortos, dezenas de milhares com sequelas físicas e psicológicas, para onde era canalizado mais de 40% do orçamento do Estado. A guerra colonial seria o principal fator de isolamento internacional e de erosão do próprio regime. Se a guerra sobrevivera à morte de Salazar, não sobreviveria ao impacto do 25 de Abril, em cuja raiz estava, justamente, o enorme e fundo descontentamento das próprias patentes intermédias do Exército que derrubariam a ditadura. Nesses dias de brasa, gritava-se nas ruas: «Não pode ser livre um povo que oprime outros povos» e «Nem mais um só soldado para as colónias». Não havia espaço político nem vontade popular para quaisquer outras soluções que não fosse a independência das colónias. **[JM]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Notícia sobre os assaltos de grupos armados em Luanda, *O Setubalense* 6/2/1961

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



A ofensiva contra Portugal, *O Setubalense* 13/2/1961. p. 1